Tribuna Operária

ANO V - Nº 155 - DE 13 A 19 DE FEVEREIRO DE 1984

Cr\$ 200,00

Candidatos biônicos dão show de demagogia

Maluf, Andreazza, Aureliano, engalfinhados na disputa das preferências do PDS, com a mesma pobreza de idéias.

Lançados formalmente como candidatos à Presidência da República pela via biônica do Colégio Eleitoral, Paulo Salim Maluf, Mário Andreazza e Aureliano Chaves concorrem em demagogia. Prometem desde a redenção do Nordeste até o pleno emprego e o controle da inflação. Sob o impacto da campanha popular, dizem-se até favoráveis às diretas... desde que fiquem para depois. Suas plataformas, rigorosamente ocas, não escondem a pretensão de dar continuidade à mesma política calamitosa do regime militar, que arrastou o país para a crise, a inflação galopante, o desemprego, a fome e a hipoteca da soberania nacional. Página 3

Justiça atesta: Delfim roubou nos salários

O processo do Sindicato dos Metalúrgicos-SP na pág. 4

EDITORIAL

Acordo inaceitável

O ímpeto das manifestações populares pelas eleições diretas para presidente da República levou o pânico às fileiras governistas. Todos os planos continuistas até então formulados para assegurar o monopólio do poder nas mãos dos generais foram duramente atingidos. A idéia do mandato-tampão não se sustentou nem mesmo dentro do PDS. A pretensão legitimidade do Colégio Eleitoral saiu inteiramente desmoralizada. Mesmo os mais renitentes defensores desse monstro espúrio caíram na defensiva; o argumento que ainda agitam é o ridículo e desesperado "direito conquistado pelo PDS" de indicar o próximo presidente.

O governo atual encontra dificuldades de se manter de pé. E seus estrategistas já viram que mais um presidente biônico, imposto pela fraude indireta, tornasse a cada dia mais inviável. O próprio Aureliano Chaves já confessou que um governante nomeado em 1985, mas que ficasse em minoria parlamentar com as eleições de 1986, não teria como se manter. O regime trata então de abrir espaço para uma solução negociada com a oposição — mantendo, é claro, os generais em posição vantajosa.

Aparecem então propostas de reforma constitucional (mas não a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita e com liberdade para decidir soberanamente), promessas de melhorar as condições de pagamento da dívida externa (mas não suspensão do pagamento), e até a redução do mandato presidencial de seis para cinco ou mesmo quatro anos.

No seio da oposição, alguns setores de formação conciliadora e reformista, com medo da mobilização operária e popular, alimentam a idéia de que já é hora de negociar. Pretendem então dar um breque no movimento de massas, para "não radicalizar". Querem usar o descontentamento do povo apenas como um instrumento de pressão sobre os parlamenta-

res para a votação da emenda constitucional em abril pela restauração das diretas. Por isto mesmo colocam o dia da votação como prazo limite da campanha em curso. Depois de 11 de abril sonham em chegar a um acordo entre eles e o regime, com a vantagem (para eles) de deixar o povo de fora.

Assim, tanto o regime como os conciliadores toleram o movimento de massas, dentro de certos limites. Isto é, uma mera demonstração política, sem avançar para a participação efetiva e ativa dos milhões e milhões de trabalhadores e democratas pelo fim do regime, pela conquista do direito do voto e da escolha de candidatos comprometidos com os interesses nacionais. E sem a presença das forças operárias e populares mais consequentes. Em particular sem os comunistas.

Mas a realidade é adversa para estes acertos das "elites". O povo compreende a necessidade de manter a unidade com todas as correntes interessadas nas eleições diretas. Mas não está disposto a abrir mão do seu direito inalienável de sair às ruas, participar da preparação e da direção de todas as manifestações e do planejamento da batalha em seu conjunto. E de levar a luta pela liberdade até o fim, sem se deter nestes inaceitáveis conchavos de cúpula. Não é hora de retocar o regime e sim de pôr fim a este período negro da nossa história. O que está na ordem do dia é a passagem do poder para o povo em aliança com todos os democratas.

Longe de conter as manifestações, a disposição dos trabalhadores é multiplicar a organização dos comitês unitários pelas diretas por toda parte e realizar concentrações populares ainda mais poderosas. Este é exatamente o único meio de frustrar todas as manobras para salvar o regime. A batalha está no início, os setores populares ainda não colocaram o grosso de suas forças em campo. Mas vão mobilizá-las.

EUA chacina civis em Beirute

Diante do recrudescimento da guerra civil na capital libanesa, o presidente-carniceiro Ronald Reagan não teve dúvidas: mandou os marines americanos recuarem para os navios da 6ª Frota americana e o encouraçado New Jersey bombardear selvagemmente Beirute. A inflamável situação libanesa e os planos ianque-sionistas, na pág. 2.

Campanha pelas diretas tem apoio dos camponeses

Em Goiás e na Bahia, trabalhadores rurais em manifestações exigem direito de votar. Pág. 8

Torcidas também querem votar para presidente

Luta pelas diretas inflama torcedores do Flamengo, Vasco, Corinthians e Santos. Pág. 7

Cerca de 500 pessoas estiveram presentes na concorrida reunião

PC do Brasil reintegrado no Comitê Pró-Diretas-SP

Plenária de 120 entidades reforçou o Comitê. Pág. 3

Doi-Codi iugoslavo assassina jovens albaneses de Kossova

Um repelente exemplo de como atua o falso socialismo iugoslavo diante das justas aspirações de todo um povo. Pág. 2

Motoristas-MG vão às urnas contra superpelego do PDS
A disputada eleição para o Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte e as propostas da oposição estão na pág. 5

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Barros

Governo pró-americano acumula derrotas em Beirute

A entrada dos milicianos drusos, xiitas e semitas na parte Oeste de Beirute marca a derrota do plano dos Estados Unidos e de Israel de manterem um governo fantoche no Líbano, presidido pelo falangista Amin Gemayel. Os soldados ianques retiraram-se para seus navios de guerra, que continuam bombardeando a capital libanesa. Mas as forças oposicionistas já festejam a vitória sobre os falangistas.

Na capital libanesa os combates são travados de casa em casa

Desde agosto de 1982 soldados dos Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra estão no Líbano, garantindo o governo formado pelos falangistas, sob o comando do exército de ocupação sionista. Durante esses meses muita luta ocorreu no Líbano, particularmente em Beirute. Luta que acabou colocando para fora do país os palestinos. Os exércitos de ocupação sofreram pesadas baixas. Só Israel perdeu 567 soldados e os Estados Unidos, 259.

Nunca o governo de Gemayel teve estabilidade. Contudo nos últimos

dias a situação se agravou para o governante pró-sionista. Em 4 de fevereiro, o principal líder dos milicianos drusos, Walid Jumblatt, e o líder dos guerrilheiros xiitas, Nabih Berri, exigiram a renúncia do governo e a deposição de armas. Conjuntamente com os sunitas, eles lançaram uma forte ofensiva militar sobre a capital. O bairro de Baabda, onde fica o palácio presidencial, foi o alvo privilegiado dos ataques, enquanto o Sul e o Oeste de Beirute ficaram sob controle das forças oposicionistas.

Tal ofensiva abalou ainda mais o débil governo falangista. O primeiro-ministro, Shafiq Wazzan, renunciou ao cargo, levando consigo outros nove ministros de Gemayel. A Frente de Salvação Nacional, integrada por Walid Jumblatt, lançou um comunicado ao Congresso dos Estados Unidos para que os marines sejam retirados de Beirute em prol da "manutenção futura de boas relações entre os povos do Líbano e dos EUA". Os aviões e os navios ianques continuaram bombardeando os li-

baneses, entretanto isso não basta para garantir o governo fantoche. O Exército de Gemayel está profundamente abalado — 9 mil, de seus 35 mil soldados, desertaram. A rádio, a televisão e o Ministério da Informação foram ocupados pelos guerrilheiros no dia 6.

E nessa mesma data, Nabih Berri conclamou: "Só há um caminho: temos que encontrar outro presidente". Um dia antes, Gemayel, absolutamente isolado no governo, correu à tevê oferecendo um acordo com os guerrilheiros, mas não abrindo mão da presença das tropas estrangeiras — inclusive de tropas sionistas — no país. Acordo rejeitado.

No momento em que encerramos esta edição, os guerrilheiros oposicionistas ampliavam o domínio da capital libanesa e continuavam sendo bombardeados pela aviação e marinha ianques. Em Israel, os reservistas eram convocados pelo governo sionista, para uma possível nova invasão do Líbano, em favor dos falangistas de Gemayel.

Poder iugoslavo mata líderes de Kossova

Entre os dias 10 e 11 de janeiro as forças de repressão da Iugoslávia assassinaram covardemente Rexhep Malaj e Nuhi Berisha, dirigentes do Movimento pela República Albanesa na região de Kossova.

Nuhi Berisha

A luta autonomista da região de Kossova tem sido tratada com torturas e grande aparato bélico pelas autoridades iugoslavas. Já em 17 de janeiro de 1982, na Alemanha Federal, foram assassinados três dirigentes da luta autonomista.

A polícia iugoslava atacou dessa vez em Pristina (capital de Kossova) com uma mobilização militar sem precedentes, tanques armados com metralhadoras pesadas cercaram a cidade. Rexhep e

Nuhi foram cercados em seu esconderijo, de onde ainda conseguiram fugir para os porões de uma casa, posteriormente destruída pelas balas de grosso calibre.

Um dia depois a agência iugoslava Tanjug anunciou que Nuhi e Rexhep haviam se "suicidado" na prisão. Os corpos foram devolvidos às famílias com várias balas na cabeça e no tronco.

Rexhep já havia organizado grandes movimentações contra as autoridades iugoslavas, como em 1968 e mais recentemente, ao lado de Nuhi, em março e abril de 1981. Estavam na clandestinidade desde outubro de 1983. Rexhep, com 33 anos, já havia passado 8 presos. Berisha tinha 17 anos e fora várias vezes detido e torturado.

Rexhep Malaj

Bolívia: a direita agrava a crise

A semana passada assinalou o agravamento da crise política na Bolívia, com a realização, nos dias 5 e 6, do *locoute* convocado pela Federação dos Empresários Privados, contra as recentes medidas econômicas do governo. O patronato nega-se a conceder o aumento salarial de 57% decretado pelo presidente do país, Hernan Siles Suazo.

A Federação dos Empresários consideram o aumento uma medida "demagógica e de graves efeitos para a situação econômica das indústrias". Os empresários protestaram ainda contra o congelamento dos preços do açúcar, arroz, azeite, farinha e leite. O *locoute* teve também acentuada conotação direitista. Os comunicados patronais afirmavam que o movimento "visa a alertar sobre os perigos da anarquia que destrói a democracia e o atropelamento que atenta contra a propriedade".

Tudo indica que o *locoute* é uma ação orquestrada por generais golpistas e setores oligárquicos e reacionários das classes dominantes instigados pelo imperialismo norte-americano, que não compactuam com a vigência das mínimas liberdades políticas, muito menos com a intensificação das lutas operárias e populares.

Há cerca de um mês, o embaixador dos Estados Unidos na Bolívia, Edwin Corr, foi chamado a Washington para consultas. Na ocasião, segundo consta, procedeu-se a uma reavaliação que girou em torno da "capacidade do governo, das atividades terroristas e da ausência de medidas econômicas adequadas" no país latino-ameri-

cano. Durante essas discussões acertaram que os EUA "pretendem continuar ajudando o povo boliviano a criar um governo estável e duradouro." A amarga experiência dos povos latino-americanos tem demonstrado que a "estabilidade" buscada por Washington é sempre precedida de investidas golpistas.

CRISE PROFUNDA

A Bolívia vive profunda crise estrutural e conjuntural, fruto da manutenção de oligarquias e classes reacionárias no poder, assim como das desastrosas políticas dos governos militares que se sucederam durante 18 anos até a posse do civil Hernan Siles Suazo, em outubro de 1982.

O golpe militar do general Garcia Meza, de julho de 1980, significou uma orgia de corrupção e pilhagem das riquezas nacionais, tráfico de drogas e bestial repressão política. Garcia Meza e sua camarilha se apossaram de 130 milhões de dólares no período em que estiveram no poder, sem contar o rendimento com as drogas.

Siles Suazo herdou um país falido, deverdor de cerca de 4 bilhões de dólares (quase 90% do PIB) aos bancos internacionais. E não conseguiu debelar a crise. Em 1983,

a inflação alcançou os 300%. Somente este ano o país deve pagar 477 milhões de dólares em amortizações da dívida externa, o que comprometerá cerca de 70% de sua receita de exportação. Ao mesmo tempo, há escassez de carne, arroz e combustível.

Incapacitado, por suas próprias limitações de classe, de golpear os interesses do imperialismo e da oligarquia interna, e de mobilizar a nação para desenvolver o país com independência, o governo optou por recorrer ao FMI. E cedendo às suas pressões adotou em novembro de 1983 um pacote econômico antipopular, que constava de uma

desvalorização em 150% do peso (moeda boliviana) e de aumentos entre 40% e 140% nos preços e nas tarifas de uma série de produtos e serviços.

Sob o impacto dessas medidas, a classe operária foi à greve geral e realizou combativas manifestações de protesto. Em janeiro, houve novas manifestações e, com a decretação do aumento do salário mínimo e do congelamento dos preços de alguns gêneros de primeira necessidade nos últimos dias, os trabalhadores alcançaram uma vitória parcial, contra a qual se insurgem agora as classes dominantes e a reação interna.

Fábrica paralisada pelos patrões, contra as conquistas populares

Entrevista com dirigente comunista chileno

A *Tribuna Operária* entrevistou, com exclusividade, Pedro Soto, membro do secretariado do Comitê Central do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária). Nas mais duras condições de ilegalidade, esse partido marxista-leninista luta contra a ditadura militar fascista do general Augusto Pinochet, pugna pela liberdade e pelo socialismo científico em seus país.

T.O. — Como se formou o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária)?

Soto — Em primeiro lugar, agradecemos à *Tribuna Operária* o apoio constante que dá à luta da classe operária e do povo chileno e, particularmente, ao nosso Partido. Ao mesmo tempo, por intermédio de vocês, saudamos a classe operária e o povo brasileiro, e a sua vanguarda política, o Partido Comunista do Brasil.

Nosso Partido é novo. Nasceu precisamente na época de maior domínio e terror fascista, quando

o conjunto da "esquerda" chilena, as organizações sindicais e sociais do povo, se encontravam numa grande dispersão e difusão ideológica como produto de dois fatores: o primeiro, reflexo da influência reformista-revisionista no seio destas organizações, e o segundo, produto da repressão e perseguição à classe operária e a suas organizações sindicais e sociais. A origem de nosso Partido está indissolúvelmente ligada à aspiração de um grupo de revolucionários que, por longo tempo, em condições do domínio revisionista-maoísta, vinham lutando arduamente em de-

fesa dos princípios marxistas-leninistas.

Nosso Partido nasce depois que o processo reformista da Unidade Popular e do governo Allende (o processo da via pacífica para o socialismo, tão vigorosamente defendido pelo PC revisionista) sofre um dos mais duros golpes por parte da reação e do fascismo, como consequência inevitável da luta de classes. Um golpe que confirmou uma vez mais, em meio ao saque e assassinato do povo, a fraude da teoria oportunista revisionista e conciliadora, da via pacífica para o socialismo. Em síntese, podemos dizer que o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) obedece aos interesses de classe do proletariado, é sua organização máxima e fundamental e, portanto, luta e lutará para pôr-se concretamente à cabeça da luta política do proletariado e das amplas massas populares.

T.O. — Qual a alternativa que o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) apresenta para o atual momento de seu país?

Soto — O Chile vive um período de grande dinamismo político e de aguçamento da luta de classes, como reflexo da profunda crise que afeta o país. A ditadura fascista, representante do grande capital e do imperialismo ianque, é a culpada em grande medida pela atual crise política, econômica e social. A carestia, a fome, a repressão, a dívida externa, a quebra da indústria e da agricultura etc., constituem, a nosso entender,

os sinais mais relevantes desta crise, que afeta com todo seu peso e dimensão a classe operária e as camadas populares, abrangendo inclusive setores da burguesia não-monopolista, que hoje formam o campo da oposição burguesa através da Aliança Democrática e de outros grupos políticos, que vão desde a direita até a esquerda tradicional. O conjunto da burguesia não-monopolista, na tarefa de lutar contra a ditadura e o grande capital monopolista, mostra sinais de atomização e dispersão que se refletem nas colocações políticas e nas diversas alianças, convertendo-se isto num fator de continuidade de um regime órfão de todo apoio, isolado politicamente, porém que aproveita muito bem a confusão e vacilação de seus opositores.

Nós propomos obter a unidade dos mais vastos setores do povo, para derrubar Pinochet e companhia e instaurar um governo provisório revolucionário, democrático-popular e antiimperialista. As ferramentas para essa luta são a linha de Unidade e Luta Decidida do Povo pela Derrubada da Ditadura, a Plataforma Mínima do Povo e os objetivos gerais a alcançar depois da derrubada da ditadura, aspectos estes do nosso atual programa e que se concretizaram em grande medida através das diversas formas de luta levadas a cabo até hoje pelas massas. E que se seguirão agitando nas futuras greves nacionais e da luta insurreccional das massas, pela qual nosso Partido luta atualmente.

General da Oban ajuda a ditadura no Uruguai

O regime militar brasileiro continua investindo na sustentação da ditadura militar uruguaia. No início de janeiro, o general Carlos Alberto Brilhante Ustra assumiu o cargo de adido militar da Embaixada Brasileira no Uruguai. Tal general foi um dos comandantes coordenadores da Operação Bandeirantes (Oban), que nos anos 70 perseguiu e assassinou democratas que se opunham ao governo dos generais brasileiros.

Segundo Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, "o general Ustra atuou como conselheiro das forças miitres brasileiras no episódio do seqüestro dos uruguaios Lillian e Universindo Diaz, em

novembro de 1978. Sua presença no Uruguai não causa só preocupação porque Lillian e Universindo estão em liberdade, mas especialmente devido ao momento político por que passa o país, com uma série de movimentações populares e uma ampla mobilização pelas liberdades democráticas. O que o coordenador da Oban está fazendo no Uruguai? Sabemos da existência, lá, da Operação Polvo — prisão massiva de líderes políticos e dirigentes sindicais —, que deverá ser usada quando as coisas engrossarem para os ditadores uruguaios. O general Ustra representa um perigo para todos os democratas uruguaios".

Resultado eleitoral do Equador

Os resultados finais do primeiro escrutínio das eleições para a Presidência da República no Equador confirmam a vitória do candidato social-democrata Rodrigo Borja, com 588.790 votos (28,42%). Em segundo ficou o reacionário Leon Febres Cor-

deiro, com 569.602 votos (27,48%). Os dois disputarão o segundo pleito no dia 6 de maio. Angel Duarte ficou com 13,7% dos votos; Jaime Hurtado, do Movimento Nacional Popular, apoiado pelos comunistas, teve 7,4% e os dois últimos 6,6% cada um.

Assine a Tribuna Operária

"Como operário, sinto-me orgulhoso pela existência desse jornal, pois é a única fonte de informações verdadeiras da exploração neste país e de conscientização para milhões de trabalhadores, que sofrem com esse governo antioperário, corrupto e entreguista. Por isso sou assinante, vendo e conclamo toda a classe operária para que leia, assinne e divulgue a Tribuna Operária". Vilobaldo Andrade de Castro, diretor do Sindicato dos Têxteis - BA.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318.

() Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 15.000,00
 () Anual Comum (52 edições) Cr\$ 7.500,00
 () Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 7.500,00
 () Semestral comum (26 edições) Cr\$ 3.750,00

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Profissão: _____
 Fundação Municipal Grabeis

Estudantes protestam em frente aos portões da Universidade de Santiago

Manifestação no Rio já tem data

Está, afinal, decidida a data da manifestação-monstro pró-diretas no Rio: 21 de março. O governador Brizola fala em meio milhão na rua, superando a marca do comício da Sé. Já foram criados 30 comitês nos bairros e em diversas cidades do interior fluminense. E só para a pássea preparatória de 16 de fevereiro estão sendo distribuídas 100 mil convocações por dia — um milhão no total. O comandante do 1 Exército, inquieto, procurou o prefeito da cidade para pressionar contra a mobilização.

47 mil torcem por diretas em Goiás

No Estádio Serra Dourada, Goiânia, 47 mil pessoas aclamaram domingo, dia 5, uma faixa de 30 metros pelas diretas e um "jogo das diretas" entre jornalistas, artistas e parlamentares, na preliminar do Flamengo x Goiás. Puxado pela torcida "Fla-Diretas", o grito de guerra "Diretas! Diretas!" se espalhou por toda a multidão. O calendário da campanha no Estado prevê agora 17 comícios em cidades interioranas; culminando num grande ato em Goiânia, dia 6 de abril. Para o deputado federal Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB goiano, "nós temos uma tarefa muito importante devido à proximidade de nosso Estado com Brasília".

A última do Átila: contra a marcha

A última de Carlos Átila, porta-voz do general Figueiredo: "É preferível que não haja manifestação como essa marcha a Brasília que estão programando". Ele não descartou, inclusive, a decretação de novas "medidas de emergência" na Capital Federal para evitar que o povo pressione os parlamentares a votarem a favor da emenda constitucional das diretas.

Milton Nascimento convoca pela TV

Milton Nascimento aparecerá na TV, a partir de terça-feira, dia 14, convocando o grande ato dos mineiros pelas diretas, dia 24, em Belo Horizonte. Ele esteve junto com Gonzaguinha, Tunai, Wagner Tiso e Murilo Antunes no Palácio das Mangabeiras, onde asseguraram ao governador Tancredo Neves que estarão no comício e convidarão o máximo de artistas.

Vereador troca PDS pelas diretas

Na última reunião do Movimento Popular Pró-Diretas em Montes Claros (177 mil habitantes, em Minas), entre os 147 presentes, representando 37 entidades, estava um vereador do PDS. Dizendo não pertencer mais à legenda governista, o vereador prometeu "a partir desta plenária lutar ferrenhamente pela eleição direta". A reunião programou um ciclo de comício na periferia, a começar pelo bairro Santos Reis, esta sexta-feira.

Lafaiete também quer ter eleição

O recém-criado Comitê Pró-Diretas de Conselheiro Lafaiete (72 mil habitantes, em Minas), inaugurou sua atuação com um plebiscito, dia 4. Votaram 1.892 pessoas: 1.686 a favor e 188 contra. O prefeito da cidade e a bancada oposicionista na Câmara dão todo apoio à campanha.

Em S. João comício unitário de 5 mil

Cerca de 5 mil pessoas estavam no comício pelas diretas em São João da Boa Vista (55 mil habitantes, em São Paulo), para ouvir Ulysses Guimarães, Severo Gomes, Rogé Ferreira, Devanir Ribeiro — quase 30 oradores. A manifestação contou com o apoio de praticamente todas as entidades do município e reuniu também várias lideranças oposicionistas de outras cidades.

João Faustino faz opção por diretas

O deputado federal João Faustino (PDS-RN) anunciou dia 6, em Natal, sua adesão à tese das diretas e que fará comícios-relâmpago na cidade em favor delas. Embora não participe da campanha, por ser liderada por partidos de oposição, Faustino não quis ficar de fora e deu um jeito de participar à sua moda da luta pelas diretas.

Prefeito do PDS contra o regime

O prefeito Jorge Ayub (PDS), de Valparaíso, São Paulo, inaugurou 300 casas para boas-féias em seu município com um discurso advogando o pleito presidencial direto, sexta-feira, dia 3. "Nós somos pelas eleições diretas porque precisamos acabar com esse regime de corrupção", disse ele.

Tema central dos municipalistas

O tema central do I Encontro de Vereadores do PMDB, que se realizará no dia 24 de fevereiro na Câmara Municipal de São Paulo, será a campanha por eleições diretas. Na véspera haverá o lançamento da Frente Municipalista em favor das diretas, que deverá reunir 3 mil pessoas.

Gregori responde à rata de Goldman

A proposta de negociação com o governo feita pelo deputado federal Alberto Goldman (PMDB-SP) foi firmemente combatida pelo deputado estadual José Gregori, também do PMDB. Julgando-o, derrotista, Gregori concluiu: "O momento em que nos encontramos é o de bater o ferro na bigorna. Agora é hora de mobilizar, colocando todas as fichas nas diretas".

Funcionários têm proposta de ação

Fundado por iniciativa da Federação Paulista de Servidores Públicos, com 23 entidades, o Comitê do Funcionalismo Público por Eleições Livres e Diretas lançou um documento propondo: 1) todo apoio à idéia de uma grande manifestação dia 2 de abril; 2) encaminhar junto à Conclat e à CUT a idéia de uma greve geral durante a votação da emenda das diretas.

Mato Grosso entra em campanha

Criado este mês, com mais de 100 pessoas e 45 entidades, o Comitê de Luta pelas Diretas em Mato Grosso prepara um grande comício para o dia 20, em Cuiabá. A cidade está em plena campanha, com faixas, pichações e comícios preparatórios que já reuniram 5 mil pessoas.

Banda das diretas agita São Luís

Lançada dia 27 de janeiro, com a presença entusiástica de 1.500 pessoas, a campanha pró-diretas no Maranhão saiu às ruas sábado, dia 4, com uma "Banda das Diretas", agitando os foliões de São Luís. Domingo, foi feito um pedágio angariando fundos para a campanha.

Ganhar as ruas e ganhar as urnas

"Vamos ganhar as ruas para ganhar as urnas". Com esta palavra de ordem o Comitê Estadual Pró-Diretas formado dia 25 em Florianópolis, Santa Catarina, concluiu seu manifesto de lançamento, assinado por 37 entidades. O Comitê, que já conta com comitês locais nos bairros de Florianópolis, começou a convocar um ato de dimensões estaduais, para 29 de março.

Figueiredo terá menos repouso

A campanha pelas eleições diretas ganha corpo em Teresópolis, no Rio de Janeiro. Na segunda semana de fevereiro deverá ser formado o comitê local, em ampla reunião no salão nobre da Prefeitura. Teresópolis é local de "repouso" de Figueiredo

Fotos: L. Carlos Leite

Plenária das entidades pelas diretas: mais de 500 pessoas aplaudiram a volta do PC do B

Comitê Pró-Diretas-SP reintegra PC do Brasil

Uma reunião excepcionalmente concorrida, de mais de 120 entidades, restabeleceu terça-feira, dia 7, por consenso e sob palmas, a composição ampla e unitária do Comitê Paulista Pró-Diretas. A Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil retomou sua cadeira no Comitê, assim como a UNE e a UBES. Ingressaram também o Movimento Negro e Movimento de Mulheres Pró-Diretas.

OPINIÃO

Tarefa inadiável

Em todo o Brasil, nas capitais e no interior, urge a formação de muitos e muitos comitês unitários pró-diretas por local de moradia, de trabalho, de estudo. Com todo respeito pelos comitês mais gerais, é bom que se diga: eles terão pé de barro caso não se apoiem no povo organizado.

As iniciativas já existentes dão indicações preciosas para o sucesso nesta construção. Uma delas é que é preciso arremeter nos comitês, mais que pessoas, segmentos inteiros da população. Num bairro, por exemplo, um comitê que mereça de fato o nome de unitário precisa abarcar desde a Associação de Moradores até os times de futebol, pas-

sando pelas igrejas de todos os credos, os representantes locais dos mais diversos partidos, as delegacias sindicais, os clubes, o comércio, as escolas de samba — tudo, enfim, que congregue gente. O mesmo numa fábrica ou escola.

Nada é mais importante hoje do que a proliferação de comitês deste gênero. Eles poderão ter o peso decisivo, não só no sucesso da campanha e para a conquista do pleito presidencial direto, mas em todo o desdobramento do impasse político que se avizinha. Em contrapartida, se o povo não se organiza para fazer valer sua vontade, ninguém o fará por ele.

Duas visões da campanha

O secretário de Comunicações do governo Montoro, Jorge Cunha Lima, apresentou na abertura da plenária do dia 7 — com o aval das direções estaduais do PMDB, PT, PDT e PTB — algumas idéias que merecem ser discutidas no seio da frente pró-eleições diretas. Com trânsito livre nos setores oposicionistas moderados, elas não são partilhadas pelos segmentos populares, nem contribuem para o avanço da causa comum.

O primeiro conceito questionável é o de que "a campanha vai até o dia 11 de abril", data da votação da emenda Dante de Oliveira no Parlamento. Este ponto de vista corre o risco de gerar uma frustração popular de consequências incalculáveis, na hipótese — perfeitamente plausível — de os parlamentares do PDS se mostrarem mais sensíveis à pressão do Planalto do que aos clamores do eleitorado. O término da campanha pelas eleições diretas evidentemente só pode vir com sua conquista, seja em abril ou em outra data qualquer. Se a Campanha Abolicionista, a do Petróleo é Nosso e a da Anistia se estenderam até alcançar seus objetivos, por que a das diretas teria de terminar em abril?

Um segundo postulado proferido por Cunha Lima é o de que "os seres que são objeto de nossa luta têm nomes e endereços certos, são os deputados e senadores". Naturalmente os senhores deputados e senadores, inclusive do PDS, podem e devem merecer toda atenção da campanha, no sentido de garantir sua adesão à

bandeira das diretas. Mas salta aos olhos que o fator dinâmico, que transformou esta luta numa das maiores da nossa história e pode conduzi-la à vitória, está na mobilização das grandes multidões de brasileiros seduzidos de liberdade. A restrição dos esforços ao convencimento dos senhores parlamentares significaria um recuo imperdoável. E, pior ainda, inviabilizaria inclusive a possibilidade de aumento do contingente pró-diretas dentro do PDS e isolar o governo pois unicamente o povo na rua tem se mostrado capaz de operar este milagre.

Por fim, o secretário de Comunicações propõe uma "estratégia política" que dedica fevereiro à "estruturação e organização" e aconselha que só depois "se examinaria a conveniência de uma grande manifestação". Ainda aqui transparece uma postura de subestimação do papel do povo na campanha — a mesma que levou Cunha Lima a prognosticar um público de 100 mil pessoas no comício de 25 de janeiro.

São Paulo, coração da classe operária e do sentimento oposicionista no país, teve o grande mérito de fazer o maior dos comícios de lançamento da luta pró-diretas. Isto só faz aumentar sua responsabilidade mobilizadora no momento crucial que virá às vésperas da votação da emenda. A proposta já aceita por Ulysses Guimarães e Lula, de uma manifestação de 1 milhão de paulistas dia 2 de abril, indica outro caminho bem mais vantajoso e eficaz.

Duas questões centralizam a atenção dos mais de 500 presentes à reunião na Assembléia Legislativa: deve ou não haver até abril outra grande manifestação como o comício da Sé? e é ou não justo que o Comitê Pró-Diretas abarque o mais amplo leque de setores, inclusive os comunistas?

O primeiro ponto, mesmo não formalmente decidido, mostrou uma quase unanimidade, dos mais variados setores, em favor de outro grande ato. Quanto ao segundo, foi solucionado com a revogação do gesto discriminatório do Comitê (ver TO nº 154) que excluía a Comissão pela Legalidade do PC do B, a UNE e a UBES. A nova decisão, aclamada na plenária, reintegra estas entidades ao Comitê e torna-o "aberto a todas as entidades e instituições que se julguem com estrutura capaz de ajudar o movimento".

PRESSÃO DE BAIXO

Este resultado positivo e benéfico à luta pelas diretas em São Paulo foi fruto da pressão das numerosas entidades presentes. No começo da reunião notava-se certo nervosismo. O representante do PT chegou a ameaçar retirar-se. Os diretores da UEE presentes, todos petistas, quase se engalfinharam para ver quem falaria pela entidade, obrigando uma suspensão de meia hora nos debates. Nesse intervalo, a mesa de reunião chegou à fórmula que corrigiu as discriminações anteriores.

Ao final, ainda foram expostas algumas das incontáveis e valiosas iniciativas pró-diretas que brotaram após o 25 de janeiro. O operário metalúrgico Eustáquio Vital, por exemplo, leu uma moção de apoio assinada por mais de uma centena de seus companheiros de fábrica: "Como operários — diz o texto —, entendemos que a luta pelas eleições diretas deve passar por dentro das fábricas, dos sindicatos e de todas as entidades, pois só assim teremos garantida nossa vitória". (Bernardo Joffily)

Vital: "Pelas fábricas"

Discursos vazios dos candidatos biônicos

Cristalizando a acirrada disputa dentro do PDS, Maluf, Andreazza e Aureliano oficializaram finalmente as suas candidaturas indiretas. Por não se dirigirem ao povo, mas ao público biônico do Colégio Eleitoral, seus discursos constituem amontoados de frases ocas, sem nenhuma proposta concreta para resolver os problemas do país.

Depois da renúncia de Figueiredo à coordenação da sucessão, o PDS entra agora numa nova etapa de seus rachas internos. Cada dia fica mais complicado para o governo unificar suas forças para tentar a continuidade do regime militar. Já circulam boatos sobre manobras de Leitão de Abreu para derrotar Maluf no Colégio Eleitoral, caso ele saia vitorioso na Convenção Nacional pedesista. E Aureliano Chaves, para buscar apoio dos delegados oposicionistas, mostra-se simpático às eleições diretas — embora não tome nenhuma iniciativa concreta para que elas se realizem —, contribuindo, de certa forma, para a confusão nas fileiras governistas.

PROMESSAS OCAS

Todos três presidenciais prometeram combater a inflação, solucionar as dificuldades do Nordeste e superar os problemas da dívida externa. E ainda se pronunciaram a favor de reformas constitucionais. Apenas enunciados gerais, nada de concreto. Como tratar da inflação sem pôr fim ao atual modelo econômico? Como solucionar o drama do Nordeste sem uma reforma agrária radical? Como aceitar retrocessos na Constituição vigente, marcada pelo arbítrio, quando o país exige uma nova Carta Magna de inspiração democrática, que só poderá ser elaborada por uma Assembléia Constituinte com representantes do povo legitimamente eleitos?

Na verdade, são promessas inconsistentes. A questão central para sair da crise é liquidar o regime militar e garantir ao povo liberdade para traçar uma nova orientação econômica. Não serão os candidatos do regime, que pretendem governar por indicação do fraudulento Colégio Eleitoral, que enfrentarão estes problemas. Isto depende fundamentalmente do povo, em aliança com as mais amplas correntes oposicionistas, na sua luta para conquistar a democracia e o direito de votar para presidente da República.

Em relação à dívida externa, Aureliano declarou pomposamente: "Pagaremos sim, tudo que devemos, com o fruto de nosso progresso, através da participação de todos, sem capitulações". Maluf não deixou por menos: "Pagaremos nossas dívidas com o produto de nosso trabalho, com o crescimento de nossa economia e, em consequência, de nossas exportações". Andreazza completou a demagogia: "A decisão a tomar quanto à dívida externa é a de condicionar sua administração à nossa efetiva capacidade de saldá-la, desde que assegurado o crescimento".

Parece até que foi tudo escrito pela mesma pessoa. Num comício popular, os três saíram corridos de baixo de vaia. O que o povo quer é solução para os seus problemas. Isto não é possível garantindo os lucros dos banqueiros internacionais, "com o trabalho de todos", mas suspendendo imediatamente o pagamento das prestações e dos juros da dívida externa.

Nesta sequência das afirmações simplistas, Andreazza pontificou: "O crescimento anual da indústria de 8% ao ano poderá determinar a criação de 100 mil empregos".

Foto: Célso Apolinário

Nós pagaremos tudo...

Foto: Seccon

com a capacidade...

Foto: João Bitar

de trabalho de vocês!!

mil novos empregos por ano". Que beleza! Só não disse como alcançar este crescimento. Maluf também se entusiasmou: "Reanimar as atividades produtivas é a preliminar do desenvolvimento econômico". E Aureliano, discorrendo sobre o óbvio: "A redução da inflação, objetivo a atingir-se o quanto antes, será tarefa que não envolverá apenas medidas de caráter técnico, mas principalmente de natureza política."

REGIME AGONIZANTE

Tanta indigência intelectual, política e até literária, é fruto de um regime falido, que não tem mais nada a apresentar e não possui nenhum argumento que justifique sua continuidade.

Nota-se, de qualquer forma, que Aureliano sonha com um grande acordo entre o regime e a oposição — com ele na cabeça, é claro. Já reconheceu que nenhum presidente indicado agora poderia governar se ficaria em minoria parlamentar nas eleições de 1986. Por isto mesmo posa de independente e de não-comprometido com o regime militar. Para agradecer à oposição, fez até críticas superficiais e veladas ao governo Figueiredo, e disse que se fosse deputado votaria na emenda que restabelece as diretas. Todavia não é deputado, e sim deputado votaria na emenda que restabelece as diretas. Ainda não é deputado, e sim deputado votaria na emenda que restabelece as diretas. Ainda não é deputado, e sim deputado votaria na emenda que restabelece as diretas.

CDIA
Centro de Informação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Justiça confirma fraude nos salários em 1973

Justiça reconhece fraude de Delfim

O ministro Delfim Netto realmente manipulou os índices do custo de vida em 1973, para prejudicar os reajustes salariais dos trabalhadores. Agora não são apenas os trabalhadores que denunciam o roubo em seus salários arquitetado pelo gordo sinistro, mas a própria Justiça Federal que responsabiliza a União — o governo federal — pelo crime contra a população.

Em 1977 o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo abriu um processo contra a Fazenda Nacional para recuperar as perdas salariais no período de 1972 a 1974, provocadas pela manipulação dos índices do custo de vida feitas a mando do ministro da Fazenda, Delfim Netto — atual ministro do Planejamento. No dia 30 de janeiro último a juíza da 7ª Vara de Justiça Federal em São Paulo, Lúcia Valle Figueiredo Colarille, julgou procedente esta ação, declarando "a responsabilidade da União na divulgação de índice para

recomposição salarial desatrelado da realidade".

Em 1973 o Tribunal Trabalhista decretou reajuste salarial de 18% para os metalúrgicos paulistanos, baseando-se no decreto governamental que estipulava o índice em 17,6%. Na época, não houve quem se convencesse de que esse aumento estava de acordo com a inflação do período. Mas somente quatro anos mais tarde o próprio Ministério da Fazenda confessou a troca dos índices, para facilitar o arrocho salarial!

O reajuste salarial de 1972 deveria ter sido de 39% e não de 21%. Em 1973 o índice real era de 38%, mas foi dado 18% de reajuste; e em 1974 o índice real era de 45,1%, mas foi faturado por um outro índice de apenas 33%.

A perda salarial nesses três anos eleva-se a 46,5%, e a juíza federal Lúcia Colarille, em sua sentença, declara que os operários poderão exigir ressarcimento de seus prejuízos.

Apesar do ganho de causa, não será fácil aos operários receber o dinheiro que lhes foi surrupiado dos salários. O próprio consultor jurídico da Secretaria do Planejamento — onde Delfim Netto está encastelado atualmente — já avisou que a ação poderá levar anos rolando na Justiça, pois o governo pode fazer inúmeras apelações.

"Ninguém tem onde morar, tem muita mãe passando fome com os filhos", diz Genaldo

A luta da invasão Teotônio Vilela nos Alagados da Bahia

Invasão Teotônio Vilela — é como foi batizada a área dos Alagados, em Salvador da Bahia, que 600 famílias pobres ocuparam há mais de dois meses. Agora os moradores conseguiram do prefeito Manoel Castro o cadastramento das famílias, iniciado dia 1º, mas sem nenhuma garantia.

Na reunião com o prefeito, um dos ocupantes chegou a chorar. Genaldo Andrade, ex-camponês expulso de sua terra no sertão, explicou: "Ninguém tem onde morar, tem muita mãe aqui passando fome com os filhos. Nós não queremos tumulto, só o direito de morar. Estamos pedindo, é melhor do que roubar". Já o padre Clóvis Souza Santos, que convive diariamente com o drama da Teotônio Vilela, não esconde sua frustração com a resposta evasiva do prefeito, embora ressaltando que este "assumiu um compromisso moral com os trabalhadores", ao prometer um novo encontro.

O vereador Ney Campello (PMDB), eleito pelos Alagados e o primeiro a apoiar os ocupantes da Invasão Teotônio Vilela, foi acusado pelo prefeito de "incitar" o movimento, mas não se abala. Ney lembra que este é um velho argumento usado contra todas as invasões em Salvador, desde a do "Corta Braço", nos idos de 1940, narrado em livro por Arioval-

Passeata dos moradores em Itapagipe

do Matos, e hoje transformada no populoso bairro do Pero Vaz.

Segundo o vereador, o processo das invasões se acentuou depois de 1968, quando o então prefeito Antônio Carlos Magalhães loteou todos os terrenos da Prefeitura — adquiridos por grandes grupos imobiliários. O próprio Antônio Carlos tornou-se proprietário de um desses grupos, acionistas de outros e com parentes à frente de alguns deles. Por isso — explica Ney — o prefeito Manoel Castro não se atreve a intervir: "Para não zangar os chefes". Ainda assim, considera que os invasores da Teotônio Vilela vão continuar unidos e sem arredar pé do seu direito de morar, pois "só assim serão vitoriosos".

Desde o início a polícia tem se dedicado a derrubar os barracos da invasão, mas a cada derrubada os moradores voltavam a construí-los, e fizeram até uma passeata pelas ruas de Itapagipe. (da sucursal)

A cínica visita de Mister Shultz

Mister Shultz, o segundo homem na hierarquia do poder norte-americano, passou quatro dias no Brasil. Foi embora na terça-feira, dia 7, com uma certeza dentro de sua pasta: aumentou ainda mais a dependência brasileira. Foram assinados memorandos e acordos mas os grandes temas, tratados nos bastidores, só mais tarde poderão ser avaliados.

Para quem esperava grandes e públicos resultados, a visita foi um fracasso. Pouco antes de Shultz chegar ao Brasil, o governo Reagan baixou taxas violentas sobre importações feitas da siderurgia brasileira. E no mesmo dia em que o secretário de Estado ianque deixava nossos país, novas restrições eram impostas. Shultz reafirmou as sanções e disse que as reclamações dos empresários norte-americanos serão sempre atendidas.

O discurso feito pelo repre-

Visita de Shultz agrava ainda mais nossa dependência

sentante do governo dos EUA num almoço que lhe foi oferecido em Brasília é de um cinismo sofisticado. Falou em "nosso interesse mútuo de expansão renovada do nosso comércio bilateral" e, com demagogia, acrescentou: "Se vamos crescer, precisamos crescer juntos". Ora, são os EUA os principais responsáveis pela política de recessão imposta ao nosso país...

Outra jóia do cinismo: "A vitalidade econômica do Brasil

tem um impacto sobre nossa própria economia. O declínio de nossas exportações para o Brasil — de 50% desde 1980 — representou uma perda de 100 mil empregos nos EUA". A verdade é que o corte das importações brasileiras foi imposição do FMI, a mando dos imperialistas.

Um dos pontos principais da visita foi a transferência de tecnologia militar. O Brasil já é um dos grandes exportadores de armas, principalmente

para a África, Oriente Médio e América Latina. Temos inclusive desenvolvimento tecnológico próprio em alguns setores.

OSSO NA GARGANTA

No memorando e seus futuros projetos — assinados por Shultz no Brasil — os norte-americanos se comprometem a fornecer tecnologia mais moderna e acenam também com financiamentos. Mas uma cláusula é o osso na garganta: os produtos dessas transferências só poderão ser exportados para quem os EUA permitirem.

Outra medida que traz grandes prejuízos para a indústria nacional foi a assinatura de intenções, no valor de 11 bilhões de dólares, visando à compra de equipamentos nos Estados Unidos para duas enormes usinas hidrelétricas. Isso enquanto está sobrando energia no país e num momento de grande capacidade ociosa nas fábricas brasileiras de equipamentos.

Congresso marca dia para votar emenda das diretas

Encontro de Dalla com Dante

A data da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas para presidente da República, começou a ser definida na semana passada. Num encontro informal entre o presidente do Senado Federal, Moacyr Dalla, e alguns políticos oposicionistas — Henrique Santillo, Dante de Oliveira, Pimenta da Veiga e Jorge Medauar, do PMDB; Aírton Soares do PT; e Israel Pinheiro Filho e Albérico Cordeiro, do grupo Pró-Diretas do PDS — ficou combinado que serão reservados na pauta do Congresso Nacional os dias 11 e 25 de abril para a votação da emenda.

O senador Dalla voltou a descartar a possibilidade de

requisitar tropas federais para garantir a votação, solicitada pelo malufista Amaral Neto. "Já disse que não farei isso. Esta é uma casa de homens civilizados e nós não teremos o menor trabalho para essa votação. É uma matéria política, e sua votação será um exercício de democracia. Ninguém poderá, em hipótese alguma, querer estancar a vontade popular", disse Dalla.

Depois do encontro com o presidente do Senado, os parlamentares oposicionistas foram conversar reservadamente com os pedessistas Israel Pinheiro Filho e Albérico Cordeiro, do grupo Pró-Diretas. Estes se declararam favoráveis à emenda das diretas, desde que ela seja acompanhada de outras propostas de interesse dos pedessistas descontentes. Citando exemplos dessas propostas, o mineiro Israel Pinheiro Filho falou da "redução do mandato presidencial, a reformulação da legislação eleitoral, de forma a permitir uma reforma partidária, e a volta das prerrogativas do Legislativo. Queremos aproveitar essa oportunidade de entendimento com a oposição" (da sucursal)

ABC paulista entra na campanha pelas diretas

O combativo ABC paulista, cuja ausência na campanha pelas eleições diretas vinha sendo notada, entra com força na luta, tendo como preocupação central mobilizar o expressivo contingente de operários concentrados nas fábricas multinacionais. No último dia 8, na Câmara de Vereadores de Santo André, foi formado o Comitê Pró-Diretas, com a presença de parlamentares, partidos de oposição, entidades sindicais, estudantes e de moradores de bairro e favela. Na ocasião foi aprovada a realização de um grande comício para o próximo dia 25 no centro de Santo André.

No final da reunião foi formado um grupo de trabalho responsável pela coordenação do Comitê, constituído pelo PMDB, PT, PDT, CUT, Conclat, Federação das SABs, Umes e Comissão pela-legali-

dade do PC do Brasil. A grande polêmica foi a da entrada ou não do PC do Brasil no grupo. O vereador e presidente do PT em Santo André, Antônio Granada, que na abertura da reunião tinha conclamado todos a somarem forças, inclusive defendendo a participação do PDS, foi um dos mais incisivos contra a participação do PC do B. No entanto, totalmente isolados, a cúpula do PT e alguns elementos ligados ao PCB foram fragorosamente derrotados. A grande maioria da plenária e as bases do PT defenderam o direito do partido. (da sucursal)

Petroleiros não aceitam mudar jornada em Cubatão

A Petrobrás está pressionando os funcionários da Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, a trocarem seus quatro turnos de seis horas de trabalho por três turnos de oito horas. Uma medida que acarretará a demissão de 200 operários e que "só será implantada pela lei do arbítrio", segundo o presidente do Sindicato dos Petroleiros, Pedro Gomes Sampaio.

DISPOSIÇÃO DE GREVE

A refinaria de Cubatão é a única que funciona em regime de seis horas, devido a um acordo coletivo conquistado pelos operários em 1961. Para responder às pressões da Petrobrás, os funcionários já realizaram cinco assembleias dentro da empresa, e uma no Sindicato, com a participação de 700, dos 1.068 operários. Os

trabalhadores declaram-se dispostos a ocupar a empresa e ir à greve na defesa de seus direitos.

No dia 7, 60 esposas de funcionários da Refinaria Presidente Bernardes lançaram uma carta aberta à população, denunciando a ação antioperária da Petrobrás, criaram uma comissão de mobilização e resolveram permanecer na porta da empresa caso os petroleiros decidam pela ocupação do local de trabalho. Dirigentes de 11 Sindicatos de Petroleiros de várias partes do país reuniram-se e manifestaram solidariedade aos irmãos de classe de Cubatão. Pedro Gomes Sampaio denuncia que o aumento da jornada de trabalho é "uma usurpação de direitos adquiridos" e acrescenta: "Se a Petrobrás pagar para ver, vai ter greve".

Apelo das mulheres ao povo, diante da Brigada Militar: "Sejam homens!"

Vila Santa Rita resiste ao despejo em Porto Alegre

A Vila Santa Rita de Cássia, ocupada há 9 meses por 134 famílias e cercada por motéis de luxo e condomínios fechados, na Zona Sul de Porto Alegre, enfrenta com valentia uma ameaça de despejo. Segunda-feira, dia 6, a Brigada Militar e os oficiais de justiça tentaram a expulsão, armaram ali uma verdadeira praça de guerra, com escudos e bombas de gás. As 14 horas foi lida a ordem de demolição. Porém o presidente da Associação de Moradores da Vila, Liberato Rodrigues, advertiu: "Se mexerem nas casas, se começarem a tirar qualquer sarrafo, nós terminamos".

FIRMES NO CHÃO

Os moradores formavam um cordão em torno dos policiais. Desalojados três dias antes — inclusive seu Valério, com mais de 100 anos de idade e de cama há seis meses — eles não se renderam. Ouviram o chamado de uma das vilerias: "Sejam homens, sejam pais e vamos agüentar firmes neste chão!". Armaram um acampamento ao lado da Vila e lá ficaram, debaixo de chuva, para defender suas casas. Ao mesmo tempo intensificaram a busca da solidarie-

dade pública, conquistando o apoio de sindicalistas, parlamentares da oposição, entidades de bairros, do povo em geral e a importante ajuda da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa).

O Plano Diretor da capital gaúcha, elaborado pelos governantes do PDS, reserva aquela região para residências da burguesia. "Esses burgueses querem tirar o pão da boca dos pobres" — comenta um vilero. Entretanto o plano esbarrou na determinação dos vileros. Dispostos a lutar, eles resistiram como puderam até que o governo se viu obrigado a um recuo.

Quando a deputada Ecléia Fernandes (PMDB), presidenta da Assembleia Legislativa, anunciou que a demolição fora suspensa por três dias, os moradores saudaram a notícia com gritos de "o povo unido jamais será vencido". Em meio à euforia geral, Liberato comentou: "Este tempo é pouco, mas é ouro para nós. Vamos aumentar nossa mobilização e voltar para nossas casas". E até um policial confessou para outro, aliviado: "Ainda bem, porque nós éramos poucos..." (da sucursal)

Assembleia dos metalúrgicos de Sertãozinho

Greve em Sertãozinho dobra os empresários

Após 12 dias em greve, os 6 mil metalúrgicos de Sertãozinho, interior de São Paulo, retornaram ao trabalho. O movimento partidista encerrou-se na assembleia do dia 7, com cerca de 2.500 operários, após quebrar a intransigência patronal. Para Antônio Guerreiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região, "a categoria saiu fortalecida da greve".

A paralisação dos metalúrgicos iniciou-se na noite do dia 26 na Zanini, a maior fábrica de Sertãozinho, com 2.800 operários, e logo atingiu todas as pequenas e médias empresas do município. Os trabalhadores reivindicavam uma complementação salarial de 12%, já que haviam sido roubados em outubro com a aplicação irregular do decreto-lei 2.045, derrotado no Congresso Nacional. Também exigiam a estabilidade no emprego.

Durante todo o movimento os patrões, representados pelo Centro das Indústrias de Sertãozinho (Ceise), recusaram-se a negociar e ainda pediram a ilegalidade da greve, decretada no dia 3 pela DRT, e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Também contaram com ajuda de forte esquema policial, com 150 PMs, armado contra os grevistas. A Zanini foi o principal empecilho nas negociações, sempre alegando crise. Só que a família Biagi, proprietária da empresa, possui um império que produz 400 milhões de litros de álcool por safra (mais do que a produção conjunta do Rio e Minas), além de 8 milhões de sacas de

Foto: L. Carlos Leite

Guerreiro: "nos fortalecemos"

açúcar.

Todo este aparato não abalou o ânimo dos operários e de seu combativo Sindicato: os piquetes começaram a ter mais metalúrgicos, com suas esposas e filhos; as assembleias passaram a contar com até 3 mil operários; e todas as 30 fábricas da cidade ficaram paralisadas — poucas funcionaram parcialmente, assim mesmo com as portas fechadas e tendo de buscar os funcionários em casa.

SOLIDARIEDADE

Também aumentou a solidariedade aos grevistas. Almir Pazzianoto, secretário do Trabalho do Estado, participou das negociações, criticando os empresários pela intransigência e dizendo não concordar com intervenção sindical. O prefeito de Sertãozinho, Ademar Joaquim Marques, também participou das negociações. Vários parlamentares, entre eles o deputado federal Aurélio Peres e o estadual Valdir Trigo (ex-prefeito da cidade), solidarizaram-se com os grevistas.

A greve e as constantes passeatas pela cidade angariaram a simpatia da população. Os supermercados de Sertãozinho começaram a aceitar cheques dos grevistas para descontar só em março e a Associação Comercial pediu a todos comerciantes que renegociassem as dívidas dos operários.

PATRÕES RECUSAM

Toda esta coesão e mobilização acabaram por quebrar a intransigência do Ceise, que no dia 7 assinou um documento comprometendo-se a visitar empresa por empresa para negociar a concessão dos 12% e da estabilidade. Para Wagner de Carvalho, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos, "saímos vitoriosos da greve. Os patrões estavam irredutíveis e tiveram que assinar o documento. Agora é voltar pra fábrica e cobrar o prometido". Ele acredita que a decisão de retornar ao trabalho, tomada quase por unanimidade na assembleia, foi a mais acertada.

"Poderíamos perder tudo, inclusive o Sindicato", informa Wagner. "Agentes da Polícia Federal já haviam se deslocado para Sertãozinho e, segundo informações confiáveis, a intervenção seria decretada no dia 28. Nós estávamos dispostos a continuar a briga, mas a categoria preferiu aprovar o documento e não perder seu instrumento de luta. Ela voltou de cabeça erguida para a fábrica. Nunca se viu tanta união e garra numa greve". E adverte, os empresários: "Caso não cumpram as promessas e façam demissões voltaremos a cruzar os braços".

Rodoviários julgam pelego em Minas Gerais

De 14 a 18 de fevereiro ocorrem as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte e Contagem. O velho pelego de Minas, Teodoro, que há 20 anos domina a entidade, corre grande risco de ser destronado. Isto apesar da oposição ter se dividido, formando duas chapas.

A categoria dos rodoviários, com mais de 60 mil trabalhadores, é uma das mais importantes do Estado. Infelizmente a entidade não tem correspondido à sua força. Dominada pelo pelego Teodoro, o Sindicato distanciou-se dos rodoviários: apenas 15 mil são sindicalizados, sendo que não mais de 5 mil terá condições de votar nestas eleições.

A prática de Teodoro é a da traição da categoria. Na greve de 1979, liderada pela oposição, a diretoria atual recusou-se a tomar a sua frente e ainda se declarou publicamente contra o movimento. Depois de terminada, o Sindicato nada fez para fiscalizar e exigir o cumprimento das conquistas, como o pagamento de horas extras, o passe livre para os rodoviários e a folga semanal programada, e o piso salarial mínimo. Deixou os patrões burlarem o acordo salarial. A ligação de Teodoro com o patronato é pública e notória. Na campanha salarial do ano passado, o pelego assinou acordo com os empresários à revelia da classe, na fazenda do presidente do Sindicato patronal.

DEDO-DURO DO PDS

O pelego também é mestre na deduração e nas ameaças às lideranças dos trabalhadores. Em 1980, para impedir o registro da chapa de oposição, chegou a visitar as casas dos organizadores da chapa para ameaçá-los. E foi mais longe: um motorista da Vera Cruz, com 10 anos de empresa, foi demitido por participar da articulação oposicionista — Teodoro o denunciou à empresa.

Sua ligação com o governo também é bastante conhecida pelos

Foto: Sucursal

Deverler, ao centro, em pé, encabeça a Chapa 2, de oposição ao pelego Teodoro

trabalhadores. Em 1982 ele usou os recursos do Sindicato para fazer campanha para Castejon Branco, candidato a deputado federal pelo PDS. Utilizando o dinheiro dos associados, foram enviadas cartas com o timbre da entidade pedindo voto para o governista. Até no jornal do Sindicato saiu propaganda do partido do governo militar.

REVOLTA NAS BASES

Agora, finalmente, o pelego poderá ser julgado pela categoria. Em 1980 os rodoviários de oposição tentaram inscrever uma chapa para concorrer às eleições. Mas foram impedidos pela atual diretoria, que utilizou dos truques mais sujos para evitar um adversário. Este ano, porém, a oposição conseguiu vencer os obstáculos impostos por Teodoro. Só não foi possível formar uma chapa unitária das oposições, que estava sendo negociada desde março do ano passado, porque o candidato à presidência pela Chapa 3 foi intransigente: ele inscreveu uma terceira concorrente, dividindo a oposição. Também não é bem visto, já que em 1980 aliou-se à diretoria do pelego.

A chapa mais conseqüente e combativa é a dois. Deverler Alves da Fonseca, candidato à presidência, foi um dos mais destacados líderes da greve de 1979. Segundo ele, a chapa "teve sua origem na greve" e reúne as lideranças mais represen-

tativas da categoria. "A partir das trações do Teodoro, nós fomos nos unindo para reconquistar o Sindicato", afirma Deverler.

Por ser a chapa mais avançada, a diretoria atual fez de tudo para impedir seu registro. Como não conseguiu, ainda tentou impugnar cinco de seus membros, fazendo acusações falsas de que não possuíam tempo de categoria, nem de sindicalização. Puro engodo. O próprio Deverler foi acusado, sendo que tem 22 anos de categoria. Esta agressão gerou ainda mais revolta contra o pelego: o feitiço virou contra o feitiço, aumentando o prestígio da Chapa 2.

Nezito Francisco da Silva, outro membro da chapa, explica quais as propostas da oposição: "Queremos um Sindicato amplo, forte e participativo, que lute pela união de todos os trabalhadores na luta contra o desemprego, a carestia, pela autonomia sindical e por eleições diretas para a Presidência da República". Ele faz questão de ressaltar que a oposição dará atenção especial aos problemas específicos da classe, "exigindo pagamento das horas extras, concessão do passe livre, piso salarial, não-pagamento das batidas e das molas estragadas, folga semanal escalada previamente e instalações sanitárias nos pontos finais". (da sucursal)

Adiada apuração em S. Caetano e urnas na Polícia Federal

O último golpe do pelego João Lins Pereira, nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, foi pedir a suspensão da apuração dos votos do terceiro escrutínio. O juiz da 1ª Vara da Justiça Federal acatou o pedido do pelego e ainda ordenou que as 14 urnas ficassem sob guarda da Polícia Federal, até julgamento de todos os mandados de segurança.

"O fato de as urnas terem ido para a Polícia Federal é um caso inédito em toda a história do sindicalismo brasileiro", desabafa o metalúrgico da General Motors, Josias de Miranda, membro da Chapa 2. É de se estranhar que as urnas fiquem nas mãos da Polícia Federal, sob a alegação de se evitar fraudes, quando se sabe que este organismo policial sempre se caracterizou por reprimir as manifestações operárias, defendendo os interesses dos patrões e de seus testas-de-ferro, os pelegos.

As eleições para renovar a dire-

toria do Sindicato dos Metalúrgicos teve início nos dias 17, 18 e 19 de janeiro. A Chapa 1, do pelego João Lins, apesar de contratar cerca de 200 capangas para agredir elementos da Chapa 2, foi derrotada nas urnas com uma diferença de quase mil votos. O segundo escrutínio foi anulado porque sete urnas apareceram rasgadas misteriosamente. Na última votação, dias 1º, 2 e 3, Lins apelou de todas as formas para anular o pleito.

URNAS NA POLÍCIA FEDERAL

O intento de João Lins de impedir que a Chapa 2 concorresse no terceiro escrutínio, alegando documentação falsa, não deu resultado. A sua última cartada foi entrar com uma medida cautelar pedindo a suspensão da apuração dos votos. O juiz da 1ª Vara da Justiça Federal acatou o pedido e ainda determinou que as urnas ficassem sob a guarda da Polícia Federal, até que sejam julgados todos os mandados de segurança pendentes naquela jurisdição.

José Ferreira da Silva, o Frei Chico, encabeçador da Chapa 2, até

ser impugnado com outros 16 nomes da chapa, não tinha ilusões. Sabia que o pelego iria tentar fraudar as eleições, "mas não prevíamos que chegasse a tanto". Não é a primeira vez que Lins dá seus golpes. Nas eleições de 1980, publicou o edital de convocação das eleições em um jornal desconhecido na região e assim a oposição não teve como registrar sua chapa a tempo.

João Tessarini, que já foi presidente do Sindicato de 1965 a 67, recorda que enfrentou problemas semelhantes aos da Chapa 2, quando lançou uma chapa de oposição ao João Lins: "O pelego tentou impedir a formação da nossa chapa, mas nós conseguimos participar, vencer; simplesmente não levamos porque houve fraude comprovada".

LIÇÕES DO PLEITO

Todas estas falcatruas praticadas pelo pelego em seus nove anos de sindicato têm deixado toda a categoria revoltada. Carlos Alberto Diniz, metalúrgico de Guarulhos e apoiador da Chapa 2, esclarece que João Lins "é um braço do regime militar". Angelo Segatti, candidato da Chapa 2, revela que tem dois ministérios dando apoio à Chapa 1: o do Interior e o do Trabalho.

Apesar de todos estes contratempos, a Chapa 2 soube tirar valiosas lições deste pleito. Um exemplo é contado por Fausto Moreira de Almeida, mais conhecido por Boca, membro da chapa de oposição. Boca diz que eles trabalharam dentro da Villares, onde trabalha, divulgando o programa da Chapa 2, enquanto o pelego os acusava de marginais. "Isso possibilitou elevar o nível político e obtivemos 620 votos e 135. Agora temos que mobilizar o trabalhador da base em nossa defesa e contra as fraudes".

Militares ameaçam líderes sindicais

Processados pela fascista Lei de Segurança Nacional, Jair Meneghelli e Vicente de Paula, respectivamente presidente e vice cassados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, serão julgados no próximo dia 15 de fevereiro na 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Militar. Eles são acusados de terem ofendido o general Figueiredo durante assembleia da campanha salarial do ano passado, em 30 de março.

O processo é baseado numa notícia policial do jornal O Estado de São Paulo e na espionagem dos órgãos de segurança, os quais afirmam que Meneghelli teria culpado o "canalha desse presidente" pelo decreto-lei 2.012, que ar-

rochava os salários; e que Vicente tinha dito que "seu Figueiredo está nos roubando descaradamente". As duas frases foram o motivo alegado para o processo com o qual, no fundo, o governo militar visava a intimidar os corajosos metalúrgicos do ABC paulista, que esquentavam os motores para sua campanha salarial.

O julgamento agora também se dá em fase de início da luta salarial. Entrevistado pela Tribuna Operária, Vicente disse não acreditar "que sejamos enquadrados na LSN". Ele explica: "O povo tem consciência de que segurança nacional significa estabilidade no emprego, fim das favelas e da miséria,

Foto: L. Carlos Leite

Meneghelli: alvo da LSN

e não a segurança do governo. Acredito que o governo não terá como se contrapor ao que o povo pensa".

Arquipelego é derrotado em Manaus

As inúmeras tentativas de fraude e as agressões físicas não foram suficientes para impedir a derrota do arquipelego Francisco Vieira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus. Conhecido como um dos maiores pelegos do sindicalismo do Amazonas, "Chiquinho" chegou a condecorar o ministro do Trabalho Murilo Macedo "por relevantes serviços prestados à classe operária", exatamente no dia em que este decretava a intervenção nos Sindicatos dos Petroleiros de

Paulínia e Mataripe.

Demonstrando seu descontentamento, a categoria, com 30 mil operários e apenas 5.330 sindicalizados, deu a vitória à chapa de oposição. No primeiro escrutínio não houve quorum porque a diretoria retirou as listas de votantes das fábricas, impedindo que os operários votassem. No segundo escrutínio, no entanto, a chapa oposicionista recebeu 1.851 votos contra 1.377 dados ao pelego, consagrando-se vitoriosa. Isto apesar de todo trabalho de

queimação desencadeado pela diretoria que acusou a chapa de oposição de "stalinista, com membros do PC do B, da Tribuna Operária e da Igreja do Diabo".

O Sindicato dos Metalúrgicos era uma espécie de fortaleza do peleguismo e sua derubada abre caminho para novas renovações sindicais. Cabe à nova diretoria fortalecer a entidade, aproveitando-se da ação unitária utilizada para derrotar "Chiquinho". (da sucursal)

Foto: Ricardo Fernandes

As 14 urnas com os votos saem do Sindicato para a Polícia Federal

É hora de gritarmos um basta ao regime

Tenho 21 anos, sou dona-de-casa e acompanho a **Tribuna Operária** semanalmente. Estou junto com o povo na luta pelas diretas. O povo brasileiro já se cansou da anarquia e dos erros desses militares. Já estamos cansados de ver e sofrer tanta fome e desemprego por culpa

desses incompetentes que tomaram o poder há 20 anos.

Por isso acho que já é hora de gritarmos **basta** para este regime que nos leva cada vez mais para trás e que a cada dia afunda nosso país. Agora é a vez do povo brasileiro exigir eleições diretas para

presidente, colocando no poder alguém que realmente lute pelo povo e pelo seu país. Que seja competente e que nos devolva o que perdemos nas mãos desses militares. Que o Brasil volte a ser brasileiro! (M.C.M. - Várzea Paulista, São Paulo)

Diretas ainda que tarde!

"Liberdade ainda que tardia"
Justa luz na escuridão.
Forjar falsa democracia
é retornar à escravidão.

Democracia é a liberdade
do próprio povo eleger
seus líderes de afinidade
que não o faça escarnecer.

Que vergonha nacional!
Admitir tal regalia
tal Colégio Eleitoral
degola a democracia.

Chega de prisdenciáveis
com suas palavras de branduras
ao povo são desagradáveis
por lembrarem a ditadura.

Governo de transição?!
Incrível! Que horror!
Chega de substituição
à democracia de louvor.

Entreguismo sempre espicaça
qualquer nação de renome
mordomias não são de graça
o povo paga com fome.

De fome, miséria e inflação
ao desemprego e dívida externa
governar sem aptidão
a tudo e a todos consterna.

O arrocho do povo aumentará
apesar dos ministérios
se a coisa continuar
teremos... ministro de Cemitérios!

PMDB, PT, PDT, PTB e
muitos do PDS
irmãos contra o insano
por um direito que apodrece
em um "Grupo Palaciano".

"Quem tem negócio certo
não deve arriscar de novo"
argumenta "palaciano" esperto
com medo do voto do povo.

Não fugir do inevitável
traduz ainda bom senso
Nada contera povo inflamado
pelo voto direto propenso.

Não importa habitar furnas
cedo ou tarde verá para valer
o povo gritar nas urnas
sua angústia de viver.

Cantará um Brasil forte
na voz dos seus milhões
por uma Pátria de porte
sem garras de tubarões.

(Paulo Sérgio Cursin Roriz -
Itaberaba, Bahia)

As mulheres também engrossam a campanha pelas diretas

A História do Brasil sempre omitiu a verdade sobre nós, sobre a participação das forças populares e suas ações. No passado e no presente sempre estivemos na luta pela liberdade de nosso povo.

Os Quilombos, as Revoluções dos Malês em 1835 tinham à frente uma importante figura combatente e revolucionária de Luíza Mahim, progenitora de um marcante abolicionista, Luiz Gama.

Fomos simbolizadas como "mão preta", domésticas, objeto sexual e submissas, e nunca como participantes e lutadoras por nossas reivindicações e por democracia. Hoje, neste momento, o país inteiro está de mãos dadas para juntos re-

conquistarmos nosso direito à escolha de nossos dirigentes.

Nós, mulheres, principalmente as negras, não podemos ficar no anonimato. Temos que ficar ativas e atentas. Este passo é importante, é uma decisão que vai mudar o futuro do nosso país e de nossos filhos. As eleições diretas neste momento são o primeiro obstáculo a transpor para obtermos nossas conquistas. Temos que caminhar juntos e participar somando. Cada presença é importante. Eleições diretas já! (Vilma de Oliveira, presidente da Juventude do PMDB do Diretório da Bela Vista - São Paulo)

Eletricitários de Brasília fundam entidade de classe

Realizou-se no dia 31 de janeiro a assembléia para a fundação da Associação Profissional dos Eletricitários de Brasília (Pré-sindical). Esta entidade congrega empregados da CEB, Eletronorte e Furnas, concretizando, assim, aspirações de uma categoria que, embora numericamente grande, não tinha nenhuma representatividade sindical.

Fica-nos, porém, a dúvida quanto à real representatividade que teremos com esta diretoria em ascensão, composta em sua esmagadora maioria por engenheiros ligados à Administração Central das Em-

presas, ou seja, dos empregadores, ficando, portanto, distanciada das bases, já que foi formada sem a devida divulgação e participação da maioria dos empregados.

Queremos, no entanto, deixar um recado: estaremos vigilantes, saberemos exigir desta diretoria tomadas de posições que venham de encontro aos ansejos da classe por ela representada, principalmente diante das agruras que todo trabalhador brasileiro enfrenta. (J.O.S. - empregado da CEB - Brasília, Distrito Federal)

dos na rede particular de ensino. Portanto os 716 mil jovens que restaram permaneceram excluídos do sistema educacional.

Sem a intenção de apontar aqui as razões que levam a esta exclusão, não há como negar que a inexistência de vagas tem sido uma das principais causas do não acesso à escolarização.

A rede estadual compõe-se de 4 mil e 695 escolas urbanas e 11 mil e 551 escolas rurais. Das 4 mil e 695 escolas urbanas apenas 640 sofreram intervenções em 1983, sendo, na sua grande maioria, reformas de "emergência" em virtude da gravidade da situação em que se encontravam, oferecendo grandes riscos aos usuários.

Diante desse quadro, cabe questionar se os recursos destinados à CONESP para 1984 serão suficientes, se não para a solução de todos os problemas, ao menos para a realização de um programa mínimo de construção e manutenção de prédios escolares.

Chamamos, portanto, a atenção das autoridades e opinião pública para a seriedade e extensão do problema, o qual não será solucionado simplesmente através de corte de pessoal e de pequenos itens de custeio da empresa, mas, sim, por meio da adoção de uma política governamental onde a Educação, enquanto um bem social, receba a prioridade necessária. (Funcionários da CONESP - São Paulo)

fala o POVO

O *Fala o Povo* está entrando de sola na campanha nacional por eleições diretas para presidente da República. Cresce o número de cartas onde os leitores defendem seu direito de votar e de escolher livremente seu representante. E alguns, como o baiano de Itaberaba, resolvem fazer isso em versos. Mas a prosa também é boa.

O aumento do número de cartas evidencia que nossos leitores, assim como a esmagadora maioria do povo, querem as diretas. E acham importante dar sua opinião sobre o assunto, defender suas idéias, participar ativamente desta campanha que mobilizou o país inteiro. É isso aí, amigo leitor! Que não venham com indiretas! (Olívia Rangel)

Flagelados famintos invadem cooperativa

Tudo começou com um acidente em um caminhão que transportava milho da Cidagro para ser entregue a um grande comerciante da cidade. A partir do momento que foi descoberta a trama de venda dos alimentos dos flagelados aos comerciantes, começou a pressão popular contra esses desmandos. Na segunda-feira (30 de janeiro) enorme quantidade de flagelados perambulava pelas ruas em busca de alimentos. Então, chefes da Cooperativa Central da Paraíba (Cocepa) organizaram distribuição gratuita de alimentos no Estádio Municipal de Futebol. A distribuição foi suspensa e cerca de 80% dos flagelados nada receberam.

Neste momento a revolta foi geral e começou o quebra-quebra; invadiram a cooperativa e mais ou menos 20 toneladas de milho e feijão foram arrebataadas. Depois invadiram merenda escolar, Cidagro, Legião Bra-

Revoltados e com fome, os flagelados quebraram até prédios

sileira de Assistência, Colégio Comercial, Seminário Paroquial e a Secretaria de Educação em busca de alimentos. A revolta foi tanta que por onde a multidão passou a destruição foi total.

Por trás de tudo isto um fato intrigou a todos: a Polícia Militar protegeu a mão armada os armazéns dos gran-

des comerciantes, exatamente aqueles que adquiriram a baixos preços cereais que deveriam ser distribuídos aos flagelados.

Ocorreram saques também em quase todas as cidades vizinhas. Temem-se novos saques em Cajazeiras. (Leitores da TO em Cajazeiras - Paraíba)

Metal Yanes suga o sangue dos operários

Nós, operários da Metal Yanes, somos tremendamente explorados. Somos obrigados a fazer serviços especializados ganhando salário mínimo da categoria. Temos que trabalhar em frezadoras, tornos automáticos, prensas. Somos forçados a trabalhar de 13 a 14 horas pois a empresa exige que façamos horas extras e quem não faz é mandado embora.

A empresa tortura seus em-

pregados ao extremo, não escapando à sua sanha de superexploração nem o corpo de segurança. Eles chegam a fazer de 500 a 600 horas por mês ininterruptas, sem horário de almoço e janta.

Na produção os operários trabalham num clima de terror, pois os chefes perseguem todos com extrema selvageria. Os Benhope, Reinaldo Massim e Antônio Naia praticam toda sorte de arbitrariedades contra os operá-

rios, como exigir produção acima do normal. Sem motivo nenhum os operários são ameaçados com justa causa e advertência por ir ao banheiro ou à enfermaria.

A empresa não paga insalubridade para ninguém, sendo que trabalhamos com ácido e outros materiais inflamáveis e insalubres. Os equipamentos de segurança são rasgados e sujos. Houve até quem contraísse sarna por causa deles. Os banheiros são sujos e insuficientes.

O atendimento médico é péssimo. O doutor João Carlos Barbosa da Silva quando vê que o trabalhador precisa se afastar temporariamente, liga para o departamento de pessoal e recomenda ao senhor Jamilton que o demita sumariamente, pois ele não tem mais condições de dar seu sangue para a empresa. Isso só acontece porque temos um regime militar insensível ao sofrimento da classe operária e de todo o povo brasileiro. Por isso as eleições diretas são uma necessidade cada dia mais urgente. (Operários da Yanes - São Paulo, SP)

Pensão mal dá para alimentação

Sou aposentado e o meu salário só dá para pagar o armazém. Ganho Cr\$ 88.000,00 por mês e tenho uma despesa de Cr\$ 78.000,00 no armazém. Luz e água têm uma variação mensal de Cr\$ 15.000,00 a Cr\$ 20.000,00.

Não posso mais trabalhar em serviços pesados e nem em lugar de altura pois tenho tonturas. Trabalhei em

indústrias, serrarias e ferrovia e hoje sinto-me um homem cansado. Tenho 62 anos.

Aqui onde moro não tem serviço para que os idosos possam ganhar um dinheiro para ajudar as despesas da casa. Quem pagou a minha assinatura da *Tribuna* foi um grande amigo meu. Gostei muito deste honesto jornal, que só luta por uma

democracia sã para a classe pobre. Pois eu mesmo sou pobre, ganho pouco e tenho despesas que atingem mais do que ganho. Tenho uma casa de madeira que eu mesmo construí há 20 anos para morar com meus filhos e esposa. É a única coisa que tenho de valor. (P.G.M. - Ferroviário aposentado há 7 anos - Presidente Bernardo, São Paulo)

Cresce em São Paulo número de crianças sem escola

Os funcionários da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo — CONESP —, considerando essencial a participação da população na discussão das questões que envolvem o desempenho das empresas estatais, decidiram trazer a público algumas informações sobre a situação da rede dos prédios escolares e oficiais e as perspectivas de atuação da empresa, face à gravidade da atual crise econômica e social.

O ensino de 1º grau, obrigatório

e gratuito por imperativo constitucional, implica o atendimento à população de 7 a 14 anos. A rede oficial de ensino não possui salas de aula em número suficiente para este atendimento. Em 1980, de um total de 4 milhões e 116 mil jovens com idade de 7 a 14 anos, apenas 3 milhões e 400 mil encontravam-se matriculados no 1º grau. Desses, 2 milhões e 720 mil foram atendidos pela rede estadual, 340 mil frequentaram escolas municipais e 340 mil realizaram seus estu-

dos na rede particular de ensino. Portanto os 716 mil jovens que restaram permaneceram excluídos do sistema educacional.

Sem a intenção de apontar aqui as razões que levam a esta exclusão, não há como negar que a inexistência de vagas tem sido uma das principais causas do não acesso à escolarização.

A rede estadual compõe-se de 4 mil e 695 escolas urbanas e 11 mil e 551 escolas rurais. Das 4 mil e 695 escolas urbanas apenas 640 sofreram intervenções em 1983, sendo, na sua grande maioria, reformas de "emergência" em virtude da gravidade da situação em que se encontravam, oferecendo grandes riscos aos usuários.

Diante desse quadro, cabe questionar se os recursos destinados à CONESP para 1984 serão suficientes, se não para a solução de todos os problemas, ao menos para a realização de um programa mínimo de construção e manutenção de prédios escolares.

Chamamos, portanto, a atenção das autoridades e opinião pública para a seriedade e extensão do problema, o qual não será solucionado simplesmente através de corte de pessoal e de pequenos itens de custeio da empresa, mas, sim, por meio da adoção de uma política governamental onde a Educação, enquanto um bem social, receba a prioridade necessária. (Funcionários da CONESP - São Paulo)

Aposentados condenam decreto 2 087

No dia 25 de janeiro foi realizada na sede do Sindicato dos Hidroelétricos de Juiz de Fora uma reunião da Associação dos Aposentados para discutir e avaliar a política previdenciária e em especial o decreto 2.087. Estiveram presentes, além do deputado estadual Clodsmir

Riani, diversos presidentes de sindicatos (bancários, ferroviários, empregados do comércio hoteleiro e similares), o presidente da União dos Bairros de Juiz de Fora e uma plenária repleta e muito motivada a lutar para derrotar o famigerado decreto.

Como forma de luta foi decidida a elaboração de um abaixo-assinado. Decidiu-se ainda pressionar os congressistas, lutar por amplas liberdades políticas e por eleição direta para presidente da República. (Leitores da TO em Juiz de Fora, Minas Gerais)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Uma campanha de vital interesse

Ainda agora, em plena campanha pelas eleições diretas, certas pessoas levantam-se em assembleias e debates e explicam compenetradas: "Precisamos ver que as eleições não resolvem, precisamos de mudanças profundas. Já votamos no Juscelino, no Jânio, e não adiantou. Aos trabalhadores só interessa votar se for para mudar as coisas!"

PORTA ARROMBADA

Pura conversa desperdiçada. Se ao invés de investir contra portas arrombadas estes radicais de boca tratassem de problemas mais concretos, poderiam talvez prestar um bom serviço à causa da liberdade!

Nesta altura do campeonato levantar a discussão se eleição resolve ou não é mero diletantismo. A história já demonstrou cabalmente que, para mudar realmente as coisas, apenas eleger um novo presidente é pouco. Isto exige conquistas maiores, que impliquem não apenas mudanças de homens mas de classes no poder e da própria estrutura do poder. Em outras palavras, as alterações profundas exigem uma revolução.

Mas isto exige sair do terreno da generalidade e começar a tratar do que está em curso na prática. Para abordar a revolução, Lênin indicou: "A tarefa principal é saber encontrar, prever, determinar exatamente a via concreta ou a viragem particular dos acontecimentos que conduzirá as massas à grande luta revolucionária..." Precisamente aí é que está o valor da batalha pelas eleições diretas para presidente.

INCORPORAR MASSAS

Radical não quer dizer estreito e sectário. Pelo contrário, é principalmente amplo e flexível, sem deixar de ser firme e combativo. A questão-chave para isto é a possibilidade real de as grandes massas participarem ativamente no processo das transformações sociais. Daí, neste instante, no Brasil, a campanha pelas diretas é a forma concreta, extremamente ampla, que corresponde a um sentimento generalizado e que, por isto mesmo, pode representar o caminho prático de incorporar milhões na luta pelo fim do regime militar e pelas mudanças profundas que o país exige.

Neste sentido, ao não perceber este conteúdo do combate que se trava, evidente na própria presença das grandes multidões nas praças, nossos esquerdistas furibundos acabam, por outras vias, engrossando o coro da oposição conciliadora que procura conter o ímpeto popular, na esperança de um conchavo de bastidores com o governo.

Se o povo nas ruas dobra os generais e conquista as eleições diretas, isto significará uma vitória democrática e uma enorme ampliação da liberdade política no país, criando condições propícias para os próximos passos do movimento operário e popular.

Se, pelo contrário, os generais se aferram a seus propósitos continuistas, pode-se prever uma brusca radicalização da situação política no país. Também neste caso, a elevação da luta popular a um nível superior, apoiada numa bandeira tão ampla, que empolga a imensa maioria dos brasileiros, representará um fator favorável à derrota do regime.

ABOLIR O SECTARISMO

Urge, portanto, dar força à campanha e combater qualquer vício sectário. Como assinalava Dimitrov, é preciso acabar com "o sectarismo satisfeito de sua estreiteza doutrinária e de seu alheamento da vida real das massas; satisfeito de seus métodos simplistas para resolver os problemas mais complicados do movimento operário sobre a base de esquemas cortados por um padrão; sectarismo que pretende saber tudo e não julga necessário aprender na escola das massas as lições do movimento operário..."

Festival Universitário de Alagoas: êxito dos estudantes

Alagoas dedica festival à luta pelas diretas

Dedicado à campanha pelas eleições diretas para presidente da República, o V Festival Universitário da Música, que será encerrado dia 16 próximo, já pode ser considerado uma promoção vitoriosa. Torcidas organizadas e muita alegria são o predomínio no Festival.

Durante as quatro eliminatórias já realizadas, os estudantes alagoanos lotaram as dependências do Teatro Deodoro, com capacidade para mais de mil pessoas. Retomado a partir de 1980, após a reconstrução do movimento estudantil — que sofreu duros golpes da repressão do governo militar —, o Festival Universitário de Música é um dos principais eventos do calendário artístico-cultural de Alagoas. Apesar da falta de apoio por parte das autoridades estaduais e federais da área da Educação, as entidades estudantis, notadamente o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas e a UEEA, vêm se dedicando à promoção na tentativa de resgatar a nossa cultura, constantemente ameaçada pela importação do "produto" estrangeiro. E também, nesse sentido, é nítido o sucesso.

Na abertura, ocorrida em 24 de agosto, o presidente da UEEA, Alberto Saldanha, explicou que o Festival "é dedicado à luta pelas eleições diretas porque elas representam, hoje, o grande anseio da juventude e, de resto, de toda a nação brasileira", sendo demoradamente aplaudido pelos presentes. A presidente do DCE, Ana Áurea, condenou "o colonialismo cultural" e conclamou à formação de uma grande corrente "em defesa da nossa soberania, da nossa arte, da nossa cultura".

TEMAS SOCIAIS

Demonstrando estar sintomático

Torcidas entram em campo exigindo eleições diretas

As torcidas dos maiores times de futebol do país estão participando ativamente numa nova competição: o jogo pela conquista das eleições diretas para a Presidência da República. No Rio de Janeiro e em São Paulo, torcidas organizadas do Flamengo, Vasco, Corinthians e São Paulo somam-se aos esforços para derrotar o time pró-indiretas, do Planalto.

No Rio a torcida do Flamengo, a maior do Estado, saiu na frente, com a formação da Fla-Diretas. A nova torcida foi organizada há pouco mais de uma semana, tendo como patrono o deputado federal Márcio Braga, do PMDB, ex-presidente do clube. Outros flamenguistas ilustres que prontamente filiaram-se à nova torcida são a atriz Cristiane Torloni e o vereador Maurício Azevedo, do PDT, presidente da Câmara Municipal do Rio. Até mesmo Zico mandou um telegrama saudando a torcida (ver box).

O padrinho da Fla-Diretas é o Figueiredo, mas não o general-presidente. Trata-se do zagueiro do Flamengo, Figueiredo, escolhido justamente por ter o mesmo nome do chefe das indiretas. A Fla-Diretas já tem um símbolo, feito pelo Henfil, com um urubu com uma cédula no bico.

A estréia da Fla-Diretas foi no jogo de abertura da Copa Brasil, contra o Palmeiras, no Maracanã. Inicialmente a torcida planejava entrar em campo com faixas exigindo as diretas. Mas o regime militar, através da C.B.F., ameaçou transferir o jogo do Rio para São Paulo, caso a nova torcida organizada entrasse em campo. Diante disso, o jeito foi ficar na arquibancada com charanga, bandeiras rubro-negras com a inscrição "Fla-Diretas" e uma faixa enorme pelas eleições diretas.

A iniciativa dos flamenguistas já provocou movimentos semelhantes nas demais torcidas. Com o apoio do vereador Sérgio Cabral, do PMDB, e do deputado federal José Eudes, do PT, a torcida do Vasco está organizando a Vas-Diretas, que visa abarcar as torcidas organizadas já existentes na

Torcida do Flamengo: a dianteira na luta pelas diretas

Zico: "pro bem do Brasil"

O apoio de Zico para a Fla-Diretas

Grande ídolo do Flamengo, onde construiu sua carreira futebolística, Zico enviou da Itália uma mensagem saudando a Fla-Diretas:

"Caro presidente Márcio

Braga. Li nos jornais brasileiros, aqui na Itália, que no jogo de estréia do Campeonato Nacional o Flamengo vai batizar mais uma torcida organizada, a 'Fla-Diretas', cujo patrono é o senhor e o padrinho é o nosso Figueiredo. Quero, através deste telex, expressar irredutível solidariedade ao senhor, à torcida e ao movimento, rogando a Deus que saíamos vitoriosos nesta peleja, elegendo por eleições diretas nosso futuro presidente da República, para felicidade de todos e o bem do Brasil. Forte e saudoso abraço do Zico".

Também a Camisa 12, torcida organizada do Corinthians, está aderindo à campanha pelas diretas. Cláudio Romero, seu presidente, informa que "no jogo do dia 26, entre Santos e Internacional, levaremos uma faixa grande, pelas diretas. E estamos programando um Grito de Carnaval pelas Diretas, para o dia 29, com banca, faixas, bandeiras e muita alegria no centro de São Paulo. Além disso, já estamos participando dos comícios, panfletagens, pichações, e incentivando outras torcidas a também participarem dessa luta, que é de todos os times do Brasil".

TORCIDAS MOVEM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

Torcida Jovem do Santos e Camisa 12: querem votar para presidente

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista São Paulo — CEP 01318.
 Telefone: 36 7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOPBR
 Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
 Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS: Arapiraca: Praça Marquês da Silva, Ed. Artur F. Neto, Apto. 312 — CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000.

AMAZONAS: Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000.

BANHIA: Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 — Centro — CEP 44100. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar — CEP 44600. Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 945, Centro — CEP 40000.

CEARÁ: Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 203 CEP 60000. Sobral: Av. Dom José, 1236, Sala 4 — CEP 62100.

DISTRITO FEDERAL: Brasília: Edifício Venâncio IV, Sala 312 — CEP 70302.

ESPIRITO SANTO: Cachoeiro do Itapemirim: Praça Getúlio Monteiro, 89, Sala 2 Centro 1 Cachoeiro — CEP 29300. Vitória: Av. Vitória, 961, Forte São João — CEP 29000.

GOIÁS: Goiânia: Rua 27 N° 69 — Centro — CEP 74000.

MARANHÃO: São Luís: Rua do Machado, 174, Centro — CEP 65000.

MATO GROSSO: Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321 5095 — CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande: Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15, CEP 79100.

MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, Sala 817, Fone: 224 7605 CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º Andar, Sala 411 — CEP 36100.

PARÁ: Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000.

PARAÍBA: João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva 318 - 1º andar - CEP 56100.

PARANÁ: Curitiba: Rua Myrtil Atorico, 370 — CEP 87000. Londrina: Rua Serique, 891, Salas 7 e 8 — CEP 86100.

PIAUÍ: Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º Andar — CEP 64000.

PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarista Batista, 236 — CEP 54500. Garanhuns: Rua 13 de Maio, 85 1º andar, sala 3 — CEP 55300.

Recife: Rua Sossago, 221, Boa Vista — CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, Sala 202, Aiecrim — CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL: Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala 29 — CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Carniale, 1891, 2º andar, Fundos, CEP: 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100.

RIO DE JANEIRO: Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira — CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. Nova Iguaçu: Rua Oliveira Tarquínio, 74, sala 605 — CEP 26000.

RORAIMA: Boa Vista: Rua Afferes Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69300.

SÃO PAULO: Campinas: Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar — CEP 17500. Osasco: Rua Tenente Avilar, Pires de Azevedo, 26 - 2º andar, sala 12 - CEP 16000. Piracicaba: Rua XV de Novembro, 728 - sala 3 - CEP 13400. Ribeirão Preto: Rua Serique 119 - CEP 14100. Santos: Av. Dom Pedro II, 7 - CEP 11100. São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 - CEP 09700. São Caetano do Sul: Rua Santa Catarina, 39 - sala 303 - CEP 09850. São José dos Campos: Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 - CEP 12200. Taubaté: Rua Souza Alves, 632, sala 5 - CEP 12100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composto e impresso por Proposta Editorial, Rua Hentor Perieiro, 236, loja B, Tel. 283.7400, São Paulo, SP.

Publicações da

Anita Garibaldi

A Editora Anita Garibaldi foi forçada a reajustar o preço das publicações que vende, devido à política econômica desastrosa do governo dos generais. Os novos preços:

- Pela liberdade, pela democracia popular (J. Amazonas) Cr\$ 1.000,00
- O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas) Cr\$ 1.200,00
- Discurso aos eleitores (Enver Hoxha) Cr\$ 600,00
- O Eurocomunismo é Anticomunismo (Enver Hoxha) Cr\$ 2.500,00
- Relatório ao 8º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia (Enver Hoxha) Cr\$ 1.200,00
- Farabundo Martí, herói de El Salvador Cr\$ 600,00
- Guerrilha do Araguaia Cr\$ 3.000,00
- F de fogo e fuzil (Sidney Wanderlei — poesias) Cr\$ 1.000,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor da compra. Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Camponeses nordestinos na luta por diretas

Convocado pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), realizou-se de 2 a 5 de fevereiro, em Juazeiro (Bahia), o XI Encontro do Vale do São Francisco. Nele, os trabalhadores rurais decidiram participar ativamente da campanha pelas eleições diretas e já na noite do dia 5 estiveram presentes a um comício no centro de Juazeiro.

Participaram do encontro as Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) da Bahia, Pernambuco e Sergipe e mais 22 sindicatos, integrantes dos pólos sindicais de Petrolândia, Sergipe, Juazeiro, Xique e Ibotirama. A luta pela conquista das eleições diretas para a Presidência da República foi uma das questões mais debatidas, demonstrando o nível de politização do movimento sindical rural.

De acordo com o plano de trabalho aprovado, que será executado pelas Fetags e pelos sindicatos, deverão ser feitas assembleias e debates no campo sobre a campanha das diretas. Como forma de pressionar os parlamentares, será enviada a todos os senadores, deputados e vereadores uma carta aberta dos participantes do XI Encontro e as entidades sindicais rurais deverão se integrar aos comitês unitários pró-diretas, participando dos atos públicos e colocando faixas em suas sedes. No dia da votação da emenda Dante Oliveira, delegações dos pólos sindicais estarão presentes no Congresso, e a Contag já se comprometeu a fornecer-lhes alojamento em Brasília.

EXIGÊNCIAS DO CAMPO

O Encontro também aprofundou o debate sobre os problemas do campo na área do Vale do São Francisco, sendo feitas duras e incisivas críticas ao governo militar e à sua política concentradora de terra. Em sua maioria os projetos governamentais para o campo foram rejeitados como demagógicos — como o do governo de Sergipe, falsamente intitulado de "Mãos na Terra", que visa a financiar a compra de um a três hectares, num prazo de 15 anos, com preço reajustável pelo famigerado sistema do BNH.

Os sindicalistas decidiram pressionar o Congresso Nacional para que aprove dois projetos de lei do deputado Haroldo Lima (PMDB-BA) os quais instituem o salário mínimo regional nas frentes de serviço e a liberação da pesca nos lagos da barragem de Sobradinho.

CRESCER GRILAGEM

No documento aprovado na reunião estão expostas as principais reivindicações dos lavradores da região. Sobre a seca, exigem a rigorosa fiscalização dos recursos do plano de emergência e a criação de mais frentes de serviço. Quanto à grilagem, o movimento sindical deverá denunciar amplamente as violências dos jagunços e exigir a punição dos responsáveis. Também reforçará a resistência dos posseiros em defesa da terra e exigirá a demarcação das posses feitas por posseiros e sindicatos. A grilagem é, aliás, um dos mais sérios problemas enfrentados pelos trabalhadores

As crianças também são maltratadas nas fazendas de Correntina, na Bahia

Lavradores escravizados

Dez lavradores de Morrinhos, em Goiás, mantidos sob regime de escravidão na Fazenda Jabotá, da Reflorestadora Floryl (Grupo Shell), no município de Correntina, chegaram a sua cidade dia 11 de janeiro, após conseguirem furar a forte vigilância dos pistoleiros armados. Percorreram quase mil quilômetros a pé, alimentando-se de casca de melancia, milho verde e castanha de macaúba.

Cada um tem sua própria história, mas todos têm pelo menos uma coisa em comum: o arrependimento de ter-se deixado enganar por Gilberto de Oliveira. Este fez um anúncio na rádio de Morrinhos, recrutando trabalhadores braçais — homens, mulheres e crianças —, prometendo assistência médica e dentária, bons alojamentos, boa alimentação e de Cr\$ 3 mil a Cr\$ 5 mil por dia para plantar eucalipto.

Édson Vaz Ferreira, 26 anos, casado, pai de três filhos e um dos líderes da fuga, diz que as mentiras de Gilberto de Oliveira começaram ali mesmo: "Ele prometeu nos levar para a posse, mas fomos parar em Correntina, na Bahia, numa fazenda de 10

mil alqueires, mais conhecida como Jabotá, de propriedade da desbravadora Floryl".

"O alojamento era um barraco sem paredes. Não tínhamos cama e dormíamos todos amontoados, sem cobertas. Pela manhã, a refeição era apenas um café ralo. As 11 horas, após 7 horas de trabalho, serviam arroz, feijão e macarrão sem sal e sem gordura. À noite nos davam uma sopa de fubá e ficavam nos vigiando de arma em punho. Ao invés de nos pagarem os Cr\$ 3.000,00 por dia, nos davam Cr\$ 150,00 por rua de eucalipto (250 pés plantados). Quando falávamos em sair éramos ameaçados. Todos em Jabotá estavam revoltados, mas sem condições de fuga. Não deixavam a gente sair nem para satisfazer as necessidades biológicas" — contam os trabalhadores.

Uma noite, porém, Divino Vieira, de 11 anos, conseguiu fugir. Procurou o delegado de sua cidade. Mas quem tomou providências foi o delegado de posse Luiz Gonçalves de Carvalho, que em diligência à Floryl constatou que "o regime de escravidão existia".

rurais baianos. Segundo dados da Contag, a Bahia é o segundo Estado do país quanto ao número de conflitos de terra. Somente no ano passado, 17 posseiros foram assassinados. E de acordo com a Fetag, o número de casos de violência cresceu 50% entre 1982 e 1983: Além das mortes, foram registradas dezenas de prisões ilegais, espancamentos de trabalhadores, destruição de benfeitorias e queima de casas, forma de os grileiros forçarem os posseiros a saírem de suas terras.

Para melhorar a organização dos trabalhadores, decidiu-se intensificar a criação de delegacias sindicais, realizar campanhas unificadas de sindicalização e criar pólos sindicais na região de Santa Maria e Correntina, áreas de reflorestamento na Bahia onde é grande a exploração dos lavradores (ver box). No dia 1º de março, quando serão julgados com base na Lei de Segurança Nacional o presidente da Contag e outros sindicalistas, os trabalhadores rurais deverão realizar assembleias, vigílias e outras manifesta-

ções de protesto e solidariedade. E todos as entidades sindicais enviarão telegrama à Auditoria Militar de Manaus exigindo a absolvição de José Francisco e dos demais dirigentes sindicais processados. (da sucursal)

O comício chega a reunir 2 mil pessoas

Cerca de 2 mil pessoas participaram do comício pelas diretas em Juazeiro, Bahia, promovido pelo Comitê Unificado pelas Eleições Diretas. A manifestação teve grande participação dos trabalhadores rurais que se reuniram no XI Encontro Regional do Vale do São Francisco.

Em nome dos trabalhadores rurais, defenderam as diretas o representante da Fetag-Bahia e da Contag, Aloisio Carneiro, o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe.

Na manifestação, destacaram-se os pronunciamentos do deputado federal pelo PMDB pernambucano, Monsueto Lavor, do vereador do PMDB de Juazeiro, Paulo César, do representante do Comitê Estadual da Bahia pelas Diretas, Arthur de Paula, do padre Chiquinho, representante da Diocese de Juazeiro, dos representantes do PMDB, do PT e da subseção da OAB. Segundo as lideranças sindicais e políticas presentes, cresce rapidamente o clamor pelas diretas no sertão brasileiro castigado pela seca e pela fome.

Aldo Arantes fala aos lavradores sobre a situação política do país e a luta pela diretas

"Lavrador quer votar para presidente"

Cerca de 6 mil pessoas participaram no último dia 5 de um comício no município de Jataí, na maior manifestação pelas eleições diretas realizada até o momento em Goiás. Caravanas de diversas cidades e um grande número de lavradores tiveram participação ativa no ato. "Trabalhador Rural é inteligente e quer votar para presidente", dizia uma das faixas.

Convocado pelo Diretório Regional do PMDB, a concentração agitou a pequena cidade de Jataí, com cerca de 60 mil habitantes. Nelson Antônio da Silva, prefeito do município, foi o primeiro orador do comício, realizado em frente ao Ginásio JK. Em seguida, falou o senador Henrique Santillo que defendeu a pressão popular sobre os parlamentares para que aprovem a emenda Dante de Oliveira: "Temos que levar 300 mil goianos a Brasília para pressionar deputados e senadores". Já o presidente do Diretório Regional do PMDB, deputado Tobias Alves, teceu duras críticas "aos generais incompetentes que não souberam administrar o país".

AÇÃO PROVOCADORA

Durante o ato foi dada ênfase especial à participação das mulheres na luta pela democratização. Falando em nome do governador de Goiás, a primeira-dama do Estado, dona Iris de Araújo Machado, conclamou as jataienses a participarem com afinco da batalha pelas diretas. No período da tarde, na Câmara Municipal, ela já havia participado da formação da comissão provisória do primeiro comitê feminino municipal pró-diretas. A reunião contou também com a presença de Odete Ghanan, única representante das mulheres no Diretório Regional do PMDB.

PASSEATA DE LAVRADORES

Pouco mais de 21 horas, um provocador jogou pó químico no meio da multidão, tentando dispersá-la. Mas não obteve êxito: os populares começaram a gritar "1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos eleger o presidente do Brasil". Um suspeito foi detido e o deputado federal Aldo Arantes, em seu discurso, fez um apelo às autoridades locais: "Apurem as ligações entre o indivíduo que foi preso e a ditadura dos generais que quer intimidar o povo para que este não participe da campanha pelas diretas". Por último, o representante de Jataí na Assembleia Legislativa, deputado Maguito Vilela, relembrou a luta de Teotônio Vilela pelas

Dona Iris discursa no comício

liberdades democráticas.

Os trabalhadores rurais, que tiveram participação destacada no comício, também fizeram uma passeata com mais de 500 pessoas e uma reunião no Ginásio JK. Nelas, aproveitando a oportunidade, reivindicaram ao Estado que lhes entregue 300 alqueires de terra para poderem assentar 500 famílias. Um abaixo-assinado, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, foi entregue à primeira-dama do Estado por intermédio do deputado Aldo Arantes, que ainda fez exposição acerca da situação política aos lavradores. (da sucursal)

Vitória dos grevistas da Caldas Júnior

Encerrou-se vitoriosamente, na segunda-feira, a greve dos funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, de Porto Alegre, proprietária dos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*.

A greve durou 55 dias e reivindicava o pagamento dos salários atrasados desde outubro. Por decisão unânime dos juizes do Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho, que considerou a paralisação legal, foi seguida a decisão do presidente do órgão, juiz Antônio Pereira Leite. Nesse julgamento, os nove juizes, sob a presidência do juiz Antônio Salgado Martins, decidiram que a Caldas Júnior tem o prazo de cerca de três semanas para pagar os atrasados de todos os funcionários, com juros e correção monetária. Além disso, os grevistas ficam com estabilidade no emprego até que a empresa deposite o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que não ocorre desde fevereiro do ano passado.

CORAGEM E UNIÃO

A greve na Caldas Júnior conseguiu unir funcionários

Os funcionários da Caldas Júnior foram às ruas fazer denúncia

de diversas categorias, como jornalistas, gráficos e motoristas. E esta unidade se reforçou nas passeatas, que ocorreram ao longo da paralisação, particularmente nos primeiros dias. Os grevistas enfrentaram inclusive a truculência dos soldados da tropa de choque da Brigada Militar, que os atacaram com bombas de gás e cassetetes, e espancaram dois jornalistas. O vice-presidente do Sindicato

dos Jornalistas, Loir Goçalves, chegou a ser ameaçado com um revólver por um guarda-costas do presidente da empresa, Breno Caldas.

A persistência e coragem dos jornalistas, gráficos e motoristas valerá. Agora precisam garantir que a decisão seja cumprida e que o latifúndio criado pelo latifundista Breno Caldas pague salários atrasados e respeite os direitos trabalhistas.

Casas de lavradores de Correntina, escravizados por fazendeiros